

## CAPÍTULO V

### Paixão e Desejo na Sociedade Romana: Interpretações Historiográficas

LOURDES CONDE FEITOSA

*A única obrigação que temos para  
com a História é a de reescrevê-la.*

Oscar Wilde

A palavra “amor” e outras próximas – como desejo, paixão, ternura, ciúmes – têm instigado os homens desde a Antigüidade e muito já se refletiu e escreveu sobre elas. No vocabulário latino, termos como *amor*, *affectus*, *dilectio*, *caritas* e *eros* possuem significados que se interseccionam entre amizade, afeição, amor, paixão, desejo e ternura, representando “amor por um amigo”, “amor por um namorado”, “amor como desejo sexual” ou “amor como um ato de solidariedade”. Desse conjunto de significados pode-se inferir, segundo critérios atuais, a complexidade dos significados que envolvem a palavra “amor”, aplicada tanto às emoções como à vida sexual ou ao desejo puramente sexual.

O tema amoroso, subentendendo-se os dois significados citados acima, é um dos mais correntes em grafites da Pompéia romana e foi expresso por meio da escrita e de desenhos. Mas essas figuras pompeianas não são exclusivas. Povos de diferentes culturas e tempos históricos deixaram representações de tipo sexual. Imagens de órgãos genitais e de diferentes práticas sexuais trazem o grande desafio de serem avaliadas por pesquisadores contemporâneos que se encontram distantes, temporal e culturalmente, dos valores em que foram originadas. Assim, como olhar para elas?

Neste artigo, apresento um breve histórico de como essa documentação romana de cunho sexual, em particular a de Pompéia e Herculano, foi considerada e tratada pelos estudiosos da Antigüidade, e as propostas de novas abordagens para o seu estudo. Segue uma apreciação mais detalhada de interpretações historiográficas modernas sobre o conceito de amor para a sociedade romana, e os comportamentos sexuais considerados lícitos para os seus habitantes, particularmente aqueles atribuídos aos grupos populares.

## Tratamento das fontes romanas com imagens “eróticas”

Com as inúmeras discussões ocorridas nas últimas décadas em torno do tema da sexualidade, há um posicionamento a favor de uma releitura desse tema e de vocábulos a ele relacionados, tais como “amor”, “erotismo” e “desejo”. Com mais frequência tem-se enfatizado a importância de leituras criteriosas e atentas aos diferentes sentidos que esses conceitos adquirem em momentos históricos específicos e segundo os grupos sociais em que são formulados, de acordo com suas tradições, costumes, valores religiosos e morais (Kampen, 1996; Larmour, Miller & Platter, 1998; Schmidt & Voss, 2000). Não que o objetivo seja o de resgatar esses valores, o que é impossível de ser feito; a ideia é a de buscar apreender outras conotações do que é ou seria erótico em sociedades diferentes, sem a transposição *ipsis litteris* de nossos conceitos para sociedades com outras culturas, sejam atuais ou do passado. Compreender as nuances que envolvem a sexualidade humana impõe-se como um grande desafio.

Embora a expressão “sexualidade” tenha sido empregada somente a partir do século XIX, e, portanto, sem valor epistemológico para sociedades anteriores, a sua aplicação é apropriada por considerar como os valores culturais interferem na maneira como as pessoas se relacionam com o próprio corpo, com os seus desejos e sentimentos. A análise da sexualidade integra a historicidade do corpo, do que pode ser definido por erógeno, das prescrições estabelecidas à prática sexual e de suas emoções, evidenciando variados sentidos de acordo com os valores socialmente constituídos em grupos, tempos e espaços históricos estabelecidos (Foucault, 1990: 11; Skinner, 1997: 3; Alberti, 1999: 57, Varone, 2000: 9).

Esse repensar referências do passado que contenham conotações sexuais é ainda algo muito recente e só há pouco tempo mostrou ser viável e produzir resultados consistentes, como ficou patente no caso da documentação material romana. No estudo sobre essas representações, a imposição do olhar ético e moral moderno sobre a literatura, inscrições e imagens romanas infligiu ao conjunto documental um enorme ostracismo acadêmico até bem recentemente. Durante os séculos XVIII e XIX, por exemplo, as pinturas, esculturas e mosaicos eram guardadas em seções reservadas de museus, de acesso restrito, sem a indicação de proveniência. Todo material encontrado em Pompéia, Herculano e Stábia foi guardado no denominado “Gabinete de Objetos Obscenos”, criado em 1819, onde só era permitido o ingresso de pessoas de mais idade e de conhecida moral (Jacobelli, 1995: 10; Anderson, 1990: 96). Apenas em 1860 foi providenciada a catalogação de todo o repertório e a alteração de seu nome para “Coleção Pornográfica”,

denominação que não diferia muito da anterior, mas que é mantida ainda hoje para essa seção “secreta” do Museu Nacional de Nápoles. Com as novas perspectivas do trato da sexualidade, essa coleção finalmente pôde ser aberta ao público, o que aconteceu apenas no ano de 2000, e não sem o protesto do Vaticano, que divulgou uma nota opondo-se a essa exposição por considerá-la “erótica” e ofensiva aos valores morais dos dias atuais, não importando o significado que teve entre os romanos (Wassermann & Luz, 2000: 71).

Quanto aos grafites de cunho amoroso escritos nas paredes de Pompéia, quando Enrique Cartelle publicou em 1981 a tradução de uma deles, inicialmente pediu a seu público compreensão:

Primeiro, porque a temática destes grafites, sempre evitada por pudor ou tabu, nos servirá para chegar a um aspecto do mundo antigo geralmente desconhecido, malcompreendido ou evitado por preconceitos. Segundo, porque estamos diante da linguagem de rua, de pessoas geralmente sem grande instrução, que escrevem como falam, sem rodeios, mas que, em outros casos, expressam delicadamente os seus sentimentos (Cartelle, 1981: 93).

De maneira semelhante, o italiano Michele D’Avino justifica nas páginas iniciais de seu livro *Pompéia proibida*, publicado em 1993: “Este breve exame da parte proibida de Pompéia não deseja ser um livro pornográfico, mas um texto de informações originado da seriedade de propósito” (D’Avino, 1993: 9). E veja-se que essa justificativa foi apresentada há apenas alguns anos! Como pesquisadora da área, também percebo em minhas apresentações um misto de espanto e sorrisos disfarçados, mesmo entre o público acadêmico mais familiarizados com releituras sobre a sexualidade, ao ouvir detalhes de um tema ainda considerado curioso e “não muito comum” de ser estudado. E isso faz com que eu também tenha a preocupação em explicitar a seriedade da análise que proponho.

Esses exemplos elucidam como os valores morais do meio no qual está inserido o estudioso exercem forte influência sobre a escolha de um tema de pesquisa e as discussões sobre ele realizadas. Apesar desses aspectos, têm-se tornado notório os esforços de pesquisadores em compreender essa documentação, procurando inseri-la no universo mental, moral e cultural em que foi produzida, o que tem estimulado um novo espaço de conhecimento sobre as mentalidades, os costumes e a esfera da sexualidade na cultura romana antiga. Agora se contesta que todos os objetos de representação sexual romano fossem reservados a circunstâncias exclusivamente “eróticas”, e que mesmo a delimitação do que seja um estímulo ao excitação sexual varia muito de uma sociedade para outra (Varone, 2000: 9).

São esses valores culturais que estabelecem significados para a leitura das cenas com imagens sexuais. A figura do falo é um dos elementos mais evidentes dessa influência cultural. Diferente da menção pudorada a ele destinada em sociedades contemporâneas, influenciadas por valores religiosos que atribuem conotações negativas ao sexo e aos elementos a ele associados, a representação fálica era freqüente na sociedade romana.

Há diferentes propostas de leituras para o significado que essas representações poderiam adquirir na sociedade romana, dentre elas a de um sentido apotropaico, ou seja, um símbolo com dois atributos principais: proteger dos riscos e maus-olhados e trazer sorte e proteção devido a sua associação com a fertilidade e a vida. O Museu Nacional Nápoles conserva exemplos de sua presença em diversas situações, como em lamparinas, em insígnias de atividades comerciais, em sinetes, fontes e outras (Figuras 1 e 2). Assim, por meio de novas perspectivas de análise abre-se a possibilidade de imagens com representações sexuais estarem relacionados também a conotações religiosas, satíricas e humorísticas, ou apenas de se mostrarem como um agradável elemento da vida cotidiana (Richlin, 1983; Johns, 1982; Jacobelli, 1995; Funari, 1995; Varone, 2000).

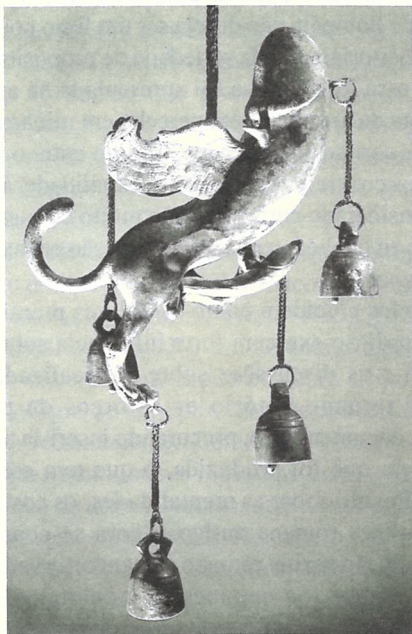


Figura 1: Tintinnabulum (sineta) de bronze. De Herculano. MAN (Cantarella, 1998: 104)



Figura 2: Lucerna de terracota com a representação de um falo em relevo (Varone, 2000: 21)

A partir dessas observações, segue uma análise de como os temas do amor e da sexualidade têm sido apresentados em obras historiográficas contemporâneas sobre o mundo romano, a fim de identificar os significados gerais veiculados a esses conceitos pela historiografia analisada.

## Investigando o amor e a sexualidade romana

*O amor em Roma, Os prazeres em Roma, Eros romano, Vida sexual na Roma antiga, Sexo e sacrifício*, entre outros títulos similares, são utilizados com freqüência por pesquisadores que discutem concepções sexo-amorosas para o mundo romano. Conotações variadas e até mesmo antagônicas sobre o significado de amor e de sexualidade são apresentadas nas análises historiográficas, como pode ser observado a seguir.

Na interpretação de Juan Galán, o amor deve ser considerado como consubstancial ao homem, o que é comprovado na Antigüidade por meio de obras literárias, cartas e inscrições funerárias (Galán, 1996: 16-7). Entretanto, para a sociedade romana, os testemunhos de amor seriam muito isolados, na

medida em que “os romanos, tão impudicos para revelar-nos suas paixões eróticas, não registraram na literatura a introspecção do sentimento amoroso”. (Galán, 1996: 18). Posição distinta sobre o amor defende Robert, autor de dois livros sobre o tema: *Os prazeres em Roma e Eros romano*. De acordo com este, para um romano “o anormal era ter que agüentar a paixão. A moral antiga ignorava o amor” (Robert, 1999: 130). Contudo, como defende Robert (1994: 44): “Os prazeres mantêm-se entre as maiores preocupações de um homem romano”. Tese semelhante defende Quignard (1994: 23): “Todo homem ativo e não sentimental é decente. Todo prazer colocado ao serviço de outro é servil e da parte de um homem constitui um sinal de falta de virtude, de falta de virilidade, portanto, de impotência”.

Dentre esses autores é nítida a distinção entre sentimento amoroso e prática sexual. A diferença é que enquanto Galán reconhece o amor como um sentimento vivenciado entre os homens romanos, para Robert e Quignard a afetividade, mais do que inapropriada, seria abominável para os latinos.

Esses autores inserem-se em uma tradição historiográfica que analisa a sociedade romana dividindo-a em três grandes momentos, cada qual com postura sexo-moral diferenciada: a Roma arcaica - aldeã, pobre, austera e virtuosa; a Roma expansionista - conquistadora, rica e caminhando para a perversão; e, por fim, a Roma imperial - do vício e do desenfreado (Galán, 1996: 27, 68 e 74; Robert, 1994: 21-30; Tannahill, 1994: 96-124).

A expansão do Império, o aumento do fluxo de dinheiro e do luxo, a influência da cultura helenística e a liberação feminina estariam entre as causas da desmoralização dos costumes romanos do final da República e início do Império (Quignard, 1994: 21; Galán, 1996: 74; Robert, 1994: 39; Tannahill, 1994: 102; Kiefer, 2000: 53). Roma transformara-se na capital da festa e do prazer, ocasionando o aumento dos divórcios e dos adultérios. Nesse processo, a mulher aristocrática tornara-se mais liberada e desejava de sua satisfação sexual o que, em conjunto com os demais acontecimentos, provocara “reflexos negativos” sobre o matrimônio. Argumenta Robert que nessa união “é distinta a falta de amor (...) o que estava em jogo era o dinheiro e o poder. A riqueza liberou a mulher nas classes altas da sociedade e lhe proporcionou uma independência até então desconhecida” (Robert, 1999: 100-1).

Nos aspectos gerais, essas teses apóiam-se em uma concepção weberiana da sociedade romana, segundo a qual os comportamentos são definidos e avaliados a partir de uma norma considerada válida para todos os indivíduos da sociedade. As palavras “homem” e “mulher” são utilizadas como categorias fixas e universais, e há a aceitação de um modelo homogêneo de cultura, baseado em textos aristocráticos romanos e/ou em conceitos morais atuais. Tais nortes teóricos justificam o uso de expressões como “ato sexual normal”, “decadência moral”, “permissividade”, “imoralidade”.

Fundamentados em tais princípios, esses autores reputam que o fim dessa “degradação” e a correção e moralização dos costumes sexuais romanos teria ocorrido com a influência do estoicismo, e, posteriormente, com o cristianismo (Galán, 1994: 261, Robert, 1994: 288, Tannahill, 1994: 147; Kiefer, 2000: 380).

Contudo, essa idéia de “devassidão” dos costumes romanos, após a expansão pelo Mediterrâneo, é totalmente repudiada por outros pesquisadores. Ao contrário de uma liberalidade sexual, Foucault defende que o homem livre, cidadão e aristocrático, responsável pelo comando e organização da sociedade, teria desenvolvido para si uma prática de temperança e austeridade sexual que marcaria a sua relação de poder sobre si mesmo e sobre os outros. Com o ideal do autocontrole sexual, o homem aristocrático greco-romano deveria manter-se distante do ímpeto e da irracionalidade provocados pela paixão:

A linha que demarca um homem viril é a sua atitude em relação aos prazeres; os signos tradicionais da feminilidade - preguiça, indolência, recusa das atividades duras do esporte, gosto pelos perfumes, lassidão - designarão aquele que se deixa levar pelos prazeres que o atraem: ele é submetido aos próprios apetites, assim como aos dos outros (Foucault, 1990: 79).

Se esse modelo de virilidade e autocontrole emocional e sexual está associado ao homem aristocrático porque a ele cabe a função do comando social, pode-se deduzir que aos seus “comandados” era “natural” a função de passividade, falta de controle e de submissão, tanto no plano social como sexual.

O comportamento austero do aristocrático acabara por se refletir em uma nova gestão matrimonial situada numa arte do vínculo conjugal, numa doutrina do monopólio sexual, e, finalmente, numa estética dos prazeres compartilhados (Foucault, 1985: 151). Mesmo sendo cauteloso ao afirmar que os textos usados não poderiam representar a integridade do que foi a prática do casamento nos primeiros séculos da nossa era, Foucault considera que é possível perceber, ainda que por fragmentos, o esboço de um “modelo forte” da existência conjugal entre as elites romanas (Foucault, 1985: 164). O processo de autodomínio do homem aristocrático o teria levado a restringir suas práticas sexuais à esfera conjugal e, ao contrário de um esfacelamento das relações matrimoniais, argumenta a favor da união e da fidelidade entre os esposos.

Paul Veyne acata essa tese de Foucault de um ideal greco-romano de “domínio sobre si mesmo”, delimitando tal domínio ao seu papel de poder sobre a vida pública; afinal, como considera o autor: “Ninguém é digno de

governar se não sabe se governar [!] (Veyne, 1990: 48). O mesmo faz em relação ao casamento, afirmando que

na velha moral, a esposa era apenas um instrumento da função de cidadã e chefe de família; fazia filhos e aumentava o patrimônio. Na segunda moral, a mulher é uma amiga; torna-se “a companheira de toda uma vida”. Só lhe resta continuar racional; quer dizer, reconhecendo sua inferioridade natural, obedecer (Veyne, 1990: 49).

Por fim, em relação à paixão amorosa, enfatiza, com mais veemência que Foucault, que esta era extremamente “temível” para a elite, na medida em que tornava o homem moralmente escravo, e que tais excessos tinham a negra magnificência da vergonha. (Veyne, 1990: 198). Por isso Roma teria recusado a tradição do amor cortês.

Quando Foucault e Veyne defendem o ideal aristocrático do autodomínio e do controle social necessariamente têm que distanciar o amor, a paixão e a volúpia de seu perfil a fim de sustentarem o argumento que apresentam. Dessa maneira, o desatino das emoções era mais ajustado aos não aristocráticos e às mulheres, ou seja, àqueles que não tinham em suas mãos o seu controle pessoal e social. É certo que Foucault salienta a construção discursiva do papel sexual aristocrático masculino como uma imposição de poder, mas apresenta-a de maneira exclusiva, como se não houvesse diferentes concepções em diálogo e/ou em confronto com ela (Du Bois, 1998; Richilin, 1998). Outras fontes, além da literatura aristocrática utilizada por Foucault, podem auxiliar na composição de variados discursos. Afinal, não é possível aceitar a imagem de uma “inferioridade natural” e de “indolência e lassidão” destinadas às mulheres e aos demais “homens” que não pertenciam à elite. E, ainda, essa posição de apresentar um único padrão do que seria o discurso *do* “homem aristocrático” em uma sociedade diversa como a romana é muito complicada.

Mesmo com a opção de analisar apenas fontes literárias, Foucault encontraria inúmeras outras referências que possibilitariam enriquecer esse debate. Por exemplo, através de textos como os de Ovídio e Petrônio é possível questionar o ideal de submissão e fidelidade atribuído às mulheres, e o de austeridade e comando relacionado aos homens, quando analisados no âmbito da afetividade, já que evidenciam, mesmo para as elites, campos de ação feminino e masculino diversificados e até mesmo contraditórios. É certo que a análise discursiva da documentação proposta pelo autor trouxe consideráveis contribuições para o estudo histórico e também podem ser percebidas nesta análise. Entretanto, a maneira como foi aplicada por Foucault no estudo das sociedades greco-romana tem recebido duras críticas e merece dos pesquisadores da Antiguidade um exame criterioso (Feitosa, 2005).

Já a análise de Pierre Grimal realça como as relações matrimoniais fundamentadas em interesses econômicos e políticos do período republicano sofreriam alterações no Império, mas, diferentemente de Foucault e Veyne, considera que o amor fazia parte desse relacionamento: parece que os romanos conseguiram conciliar o que parecia inconciliável: a independência das mulheres e sua docilidade; a situação social e o afeto; os direitos do coração e os imperativos da razão. É um quadro idílico, porém lúcido (Grimal, 1991: 267). Ele contesta a idéia de devassidão dos costumes romanos no final da República e início do Império, considerando que, mesmo que as fontes literárias pesquisadas apresentem como raridades os casamentos longos, com trinta ou quarenta anos, uma sociedade que conseguia entender essa linguagem do casamento não poderia ser considerada como irremediavelmente “perdida e decadente” (Grimal, 1991: 167).

O autor é um dos poucos a enfatizar as especificidades do amor em relação ao grupo social em que ele era constituído. Em relação ao “povo”, parece-lhe que a liberdade de costumes aumenta: as mulheres têm menos a perder; os homens têm menos dinheiro e não encontram em casa o que lhes satisfaça os sentidos. Então, correm atrás de aventuras, e as paredes de Pompéia conservaram a lembrança desses amores (Grimal, 1991: 326). Essas palavras sinalizam que a maioria das referências parietais pompeianas estaria vinculada ao tipo de amor furtivo, descompromissado e de satisfação imediata. Ainda assim parece-lhe que até essas criaturas simples refletiram que o prazer não perdura, e que este é apenas o primeiro momento da união das almas. Por isso seria difícil pensar que mesmo os mais humildes da Campânia não colocassem alguma espiritualidade em seus amores (Grimal, 1991: 326-7).

Grimal expõe o seu conceito idealizado de relação conjugal, baseada na fidelidade e na longa duração, como o modelo em vigor na sociedade romana, e a partir dele interpreta os demais tipos de relações, daí as suas observações em relação aos populares. É importante enfatizar que as suas considerações sobre a questão amorosa para os populares de Pompéia não foram baseadas em uma análise direta de seus escritos, mas na leitura de uma obra de Della Corte com algumas poucas citações desses registros (Grimal, 1991: 326). Como as referências sexuais foram examinadas segundo valores morais contemporâneos, e encontravam-se distantes do modelo proposto, o autor pressupôs que seria difícil imaginar que essas pessoas não colocassem algum sentimento em seus amores (interpretados como a prática sexual).

É certo que a abordagem de Grimal, assim como a de Foucault e de Veyne, representa avanços em relação à imagem de imoralidade sexual e afetiva atribuída aos “romanos” por outros estudiosos. Contudo, o enfoque teórico-metodológico aqui privilegiado destaca a importância de leituras variadas, atentas às diversidades construídas por uma sociedade dinâmica e complexa como a romana do século primeiro. Por isso, a sua redução a um

modelo rígido e globalizante de comportamento amoroso e o predomínio de teorias limitadoras dos papéis sociais, atribuídos às mulheres e aos homens, são aspectos presentes nessa historiografia contemporânea que merecem o cuidado do historiador.

Uma ressalva deve ser feita à obra de Foucault, que foi inovadora na percepção de discursos sobre a sexualidade como uma forma de controle social, vislumbrando a formação de variadas esferas de poder organizadas em uma sociedade. Embora essa idéia tenha influenciado inúmeros estudos críticos em relação aos comportamentos sociais, a aplicação dessa teoria na sua análise da sociedade romana apresenta diversos dos problemas elencados acima. Por isso os mesmos comentários também lhe são pertinentes.

Ainda é importante destacar o estudo de Eva Cantarella, o mais específico e recente sobre o tema do amor em Pompéia e em Roma, mas que, em diversos aspectos, mantém-se herdeiro das posições anteriormente apresentadas. A autora utiliza documentos literários e grafites para fazer a análise do comportamento amoroso do “povo romano”, considerando os valores aristocráticos sexo-afetivos como os padrões sociais aceitos pela “população romana”. Apresenta a divisão estatutária - livre, liberto e escravo - como a diferenciadora entre os indivíduos, embora utilize um protótipo geral para os comportamentos e valores éticos e amorosos. A referência atribuída à palavra amor caracteriza tanto aspectos sentimentais quanto físicos. Ao tratar do sentimento entre esposos durante o primeiro século, por exemplo, a autora considera propícia a existência de uma profunda afeição (Cantarella, 1999b: 55); entretanto, nesse caso, o “amor-paixão” habitava fora do matrimônio, e era reservado às relações clandestinas, ou seja, extraconjugais (Cantarella, 1999b: 52 e 140). Diferente de autores que analisam as práticas sexuais idealizadas pelas elites como uma insígnia de autoridade e poder, Cantarella apresenta-a como um modelo legítimo e aceito pela sociedade romana, sendo as exceções desvios a essa norma predominante, como preconiza o modelo weberiano.

Em linhas gerais, essas são as idéias sobre amor e sexualidade para a sociedade romana sustentadas pela historiografia analisada. Por meio dessas leituras é possível perceber que a caracterização sexual “dos romanos” é apresentada na maior parte das obras considerando-se critérios e parâmetros de grupos aristocráticos. O comportamento amoroso de populares nas raras análises existentes, explícito ou implicitamente, é indicado como “submisso”, “libertino”, “promíscuo” e “imoral”, entre vários outros aspectos.

Os grafites de Pompéia, embora aqui não analisados, permitem confrontar as noções de amor apresentadas por populares com essas descritas em textos historiográficos, comprovando-se o quanto perfis atribuídos a eles podem ser contestados (Feitosa, 2005). É possível perceber que imagens pejorativas atribuídas à sexualidade de “pessoas comuns”

parecem ter partido de noções do senso comum que não deixam de ter suas acepções de classe e baseadas em juízos de valores depreciativos, tanto de grupos populares da Roma antiga, como desses da atualidade. Ou, ainda, da aceitação daquilo que as elites apresentam na documentação literária como comportamento legítimo para os diversos grupos sociais romanos.

Merece também atenção e discordância a utilização geral do conceito de “romanos”, bem como a divisão da sociedade em rígida estrutura jurídica. Tais idéias ocultam as diferenças sociais e os embates discursivos postos entre os muitos grupos, bem como as particularidades regionais e culturais, além de estabelecerem uma imagem homogênea de cultura, na qual sempre prevalecem os valores e julgamentos das classes detentoras de poder, os quais, aliás, não devem ser pacificamente aceitos e transpostos como legítimos para os demais grupos sociais. E isso também no campo amoroso.

## Bibliografia

- ALBERTI, B. “Los cuerpos en Pre historia: más allá de la división entre sexo/gênero”, in FUNARI, P. P. A.; NEVES E. G. & PODGORNÝ, I. (orgs.), *Anais da I Reunião Internacional de Teoria Arqueológica na América do Sul*. São Paulo, MAE-USP / IFCH-UNICAMP / FAPESP, 1999, pp. 57-68.
- CANTARELLA, E. *Pompei. I volti dell'amore*. Milano: Mondadori, 1999.
- CAPLAN, P. (ed.) *The Cultural Construction of Sexuality*. 7ª ed., London: Routledge, 1996.
- CARTELLE, E. M. *Priapeos; grafitos amatorios Pompeyanos; la valada de la fiesta de Venus; el concúbito de Marte y Venus; centón nupcial*. s. l. Gredos, 1981.
- D'AVINO, M. *Pompei proibita. Erotismo sacro, augurale e di costume nell'antica città sepolta*. Napoli: Procacciti, 1993.
- DU BOIS, P. “The subject in Antiquity after Foucault”, in LARMOUR, D. et alli (eds.) *Rethinking sexuality. Foucault and Classical Antiquity*. New Jersey: Princeton, 1998, pp. 85-103.
- FEITOSA, L. C. *Amor e sexualidade: o masculino e o feminino em grafites de Pompéia*. São Paulo: Annablume, 2005.
- FOUCAULT, M. *História da sexualidade. O cuidado de si*. 4ª ed., Rio de Janeiro: Graal, 1985, v. 3.
- \_\_\_\_\_. *História da sexualidade. O uso dos prazeres*. 6ª ed., Rio de Janeiro: Graal, 1990, v. 2.
- FUNARI, P. P. A. Apotropaic symbolism at Pompeii: a reading of the graffiti evidence. *Revista de História*, 132, pp. 9-17, 1995.
- GALÁN, J. E. *La vida amorosa en Roma*. Madrid: Temas de Hoy, 1996.
- GRIMAL, P. *O amor em Roma*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

- JACOBELLI, L. *Le pitture erotiche delle Terme Suburbane di Pompei*. Roma: L'Erma, 1995.
- JOHNS, C. *Sex or Symbol? Erotic images of Greece and Rome*. Londres: British Museum, 1982.
- KAMPEN, N. *Image and status: Roman working women in Ostia*. Berlin: Mann, 1981.
- KIEFER, O. *Sexual life in Ancient Rome*. London: Kegan Paul International, 2000.
- LARMOUR, D. et alli (eds.) *Rethinking sexuality. Foucault and Classical Antiquity*. New Jersey: Princeton, 1998.
- QUIGNARD, P. *Le sexe et l'effroi*. Paris: Gallimard, 1994.
- RICHILIN, A. "Foucault's History of sexuality: a useful theory for women?", in LARMOUR, D. H. J., MILLER, P.A., PLATTER, E. (eds.) *Rethinking sexuality. Foucault and the classical antiquity*. New Jersey: Princeton, 1998. pp. 138-170.
- \_\_\_\_\_. The Garden of Priapus. Sexuality and aggression in the Roman Humor. *New Haven: Yale University Press, 1983*.
- ROBERT, J. N. *Eros romano. Sexo y moral en la Roma Antigua*. Madrid: Complutense, 1999.
- \_\_\_\_\_. I piacere a Roma. *Milano: Rizzoli, 1994*.
- SCHMIDT, R. A. & VOSS, B. L. *Archaeologies of sexuality*. London: Routledge, 2000.
- SKINNER, M. "Introduction", in HALLETT, J. P. & SKINNER, M. B. (eds.) *Roman sexualities*. New Jersey: Princeton, 1997. p. 3-25.
- TANNAHILL, R. *O sexo na história*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1994.
- VARONE, A. *L'erotismo a Pompei*. Roma: L'Erma, 2000.
- VEYNE, P. (org.) "O Império romano", in ARIÈS, F. & DUBY, G. (dir.) *História da vida privada. Do Império romano ao ano mil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, v. 1.
- WASSERMANN, R. & LUZ, S. R. Sexo à moda romana. *Revista Veja*. 17 mar 2000, pp. 70-3.

## CAPÍTULO VI

### O Interesse pelo Egito Faraônico: uma Aproximação Inicial

RAQUEL DOS SANTOS FUNARI